

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 5

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 5 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-004-9

DOI 10.22533/at.ed.049181912

1. Educação e estado. 2. Ensino superior. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. Universidades e faculdades públicas – Organização e administração. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Depois da Educação Básica, a Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, sendo públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A abordagem de temas como a evasão de estudantes no Ensino Superior é relevante, pois parece que a evasão ocorre apenas na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. A investigação sobre esse tema propicia a elaboração de estratégias para a redução da evasão escolar.

A educação a distância (EaD) também é um tema recorrente nos artigos apresentados, pois se tornou uma estratégia privilegiada de expansão da educação superior em todo território brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, após ser validada legalmente pela LDB em 1996.

O artigo “Limites e possibilidades como acadêmico de um curso de educação a distância relato de uma experiência em andamento” trata da educação a distância, especificamente do surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que com seu Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA/Moodle), abriu possibilidades de alunos de diversos lugares tivessem acesso gratuito a cursos de graduação. O artigo faz algumas considerações sobre facilidades e dificuldades dentro dessa modalidade de ensino-aprendizagem.

Alguns dos artigos também abordam as práticas de avaliação, os estágios supervisionados, o currículo, programas como PIBID e Universidade para Todos, entre outros.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: COMPLEXIDADES DO PROBLEMA	
<i>Luciano Espósito Sewaybricker</i>	
DOI 10.22533/at.ed.049181912	
CAPÍTULO 2	9
A INSERÇÃO DA EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DO BRASIL: LÓGICAS DE GESTÃO NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
<i>Stella Cecilia Duarte Segenreich</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819122	
CAPÍTULO 3	22
A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO SUPERIOR MILITAR: UMA POSSIBILIDADE ATUAL E REAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819123	
CAPÍTULO 4	35
ANÁLISE DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	
<i>Eric Gabriel Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Aline Ferreira de Lima</i>	
<i>Ariana Mahara Fernandes Nery</i>	
<i>Jemima Tabita Ferreira de Sousa</i>	
<i>Elenilde Medeiros Diniz</i>	
<i>Vanessa Milena Mendes dos Santos</i>	
<i>Cláudia Patrícia Torres Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819124	
CAPÍTULO 5	46
AS PERSPECTIVAS DE GRANDUANDOS(AS) SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PAPEL DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Camila Midori Takemoto Vasconcelos</i>	
<i>Lílian Aparecida Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819125	
CAPÍTULO 6	53
AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL	
<i>Luísa Cerdeira</i>	
<i>Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819126	
CAPÍTULO 7	60
DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
<i>Pâmela Junqueira Freitas</i>	
<i>Elisa Antônia Ribeiro</i>	
<i>Antônio Luiz Ferreira Junior</i>	
<i>Glaucia de Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819127	

CAPÍTULO 8 66

DIÁLOGOS DE SABERES: CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E ESTUDANTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE AGRICULTURAS DE BASE ECOLÓGICA, UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO CAMPO

Maiara Cristina Gonçalves
Terezinha de Fátima Fumis
Flávia Toqueti
Luís Gustavo Patrício Nunes Pinto
Aloísio Costa Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.0491819128

CAPÍTULO 9 71

DINÂMICA DA EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MEIO DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Crislayne Barbosa de Santana Lima
Edson Francisco de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0491819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS: UM OLHAR A PARTIR EXPERIÊNCIA DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Rita de Cássia de Souza Soares Ramos
Thaís Philipsen Grützmann

DOI 10.22533/at.ed.04918191210

CAPÍTULO 11 93

ESTRUTURA CURRICULAR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COMUNICATIVA.

Thais Paschoal Postingue
Deise Aparecida Peralta

DOI 10.22533/at.ed.04918191211

CAPÍTULO 12 100

ESTUDO ESTATÍSTICO DOS FATORES DE RENDIMENTO ACADÊMICO, CARGA HORÁRIA DO TRABALHO E DISTÂNCIA DO POLO QUE OFERTA CURSOS TÉCNICOS EM EAD

Carmem Tassiany Alves de Lima
Jhéssica Luara Alves de Lima
Remerson Russel Martins

DOI 10.22533/at.ed.04918191212

CAPÍTULO 13 107

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA GRADUAÇÃO.

Cláudia Barsand de Leucas
Larissa de Oliveira e Silva
Túlio Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04918191213

CAPÍTULO 14 112

FORMATO MULTICAMPI EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.04918191214

CAPÍTULO 15	125
GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE: O CAMPO EDUCACIONAL NAS INVESTIGAÇÕES DA CAPES	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191215	
CAPÍTULO 16	137
LIMITES E POSSIBILIDADES COMO ACADÊMICO DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO	
<i>Jeferson Ilha</i>	
<i>Andréa Forgiarini Cecchin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191216	
CAPÍTULO 17	147
O APRENDER E O ENSINAR PARA OS LICENCIANDOS DE PEDAGOGIA DA UFMT	
<i>Aline Rejane Caxito Braga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191217	
CAPÍTULO 18	154
O PEDAGOGO MESSIÂNICO – IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DO TRABALHO DO PEDAGOGO	
<i>Anelize Rafaela de Souza</i>	
<i>Fabio Riemenschneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191218	
CAPÍTULO 19	159
PESQUISA AÇÃO. ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO LONGITUDINAL SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS	
<i>Mariângela Carvalho Dezotti</i>	
<i>Denise Cristina Costenaro Marchesoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191219	
CAPÍTULO 20	170
PIBID: LÓCUS DE FORMAÇÃO E TROCA DE SABERES EM UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	
<i>Simone Leal Souza Coité</i>	
<i>Gabriela Sousa Rêgo Pimentel</i>	
<i>Rosa Maria Silva Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191220	
CAPÍTULO 21	182
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA	
<i>Mariana Andrea da Silva Casali Simões</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191221	
CAPÍTULO 22	192
PROCESSOS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Rodrigo Caetano Ribeiro</i>	
<i>Dijnane Vedovatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191222	

CAPÍTULO 23	205
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
<i>Maria Lucia Morone</i>	
<i>Marina Ranieri Cesana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191223	
CAPÍTULO 24	212
RESSIGNIFICANDO A ABORDAGEM NO ENSINO DE BIOQUÍMICA: CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM MAPA METABÓLICO SIMPLIFICADO COMO ESTRATÉGIA MOTIVADORA DE ENSINO	
<i>André Marques dos Santos</i>	
<i>Marco Andre Alves de Souza</i>	
<i>Ana Carolina Callegario Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191224	
CAPÍTULO 25	223
SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA COM CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIDADE E POLÍTICA EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA GROUNDED THEORY	
<i>Claudionor Renato da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191225	
CAPÍTULO 26	239
SURDEZ NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA	
<i>Joniana Soares de Araújo</i>	
<i>Fatima A. A. A. Cader-Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191226	
CAPÍTULO 27	253
TEORIA ATOR-REDE E O ENSINO DE PSICOLOGIA PARA LICENCIATURAS	
<i>André Elias Morelli Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191227	
CAPÍTULO 28	265
TIPOS DE EVASÃO E EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	
<i>Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191228	
CAPÍTULO 29	274
TORNE-SE PROFESSOR: ACESSO DIFERENCIADO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS COMO UMA POSSIBILIDADE A MAIS	
<i>Norivan Lustosa Lisboa Dutra</i>	
<i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
<i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191229	
CAPÍTULO 30	284
AS MÍDIAS COMO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO:AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO(TICS) NO CURSO DE NÍVEL SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADOS NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EAD	
<i>Angeluze Comoretto Parcianello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA COM CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIDADE E POLÍTICA EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA *GROUNDED THEORY*

Claudionor Renato da Silva

Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí,
Unidade de Educação (curso de Pedagogia)
e Unidade de Ciências Humanas e Letras
(Programa de Pós-Graduação em Educação).
Jataí – Goiás.

RESUMO: Ao integrar a obra “Qualidade e Políticas na Educação” o presente capítulo de livro se propõe a discutir a sexualidade infantil na formação inicial de professores em cursos de pedagogia tendo como base uma pesquisa de doutorado que utilizou a metodologia *Grounded Theory* para gerar uma teorização em sexualidade infantil. A teorização organizada pela tese apresenta apontamentos diretos com contribuições à formação de professores em cursos de pedagogia e para a qualidade das políticas de formação, bem como, políticas de currículo para a educação básica. As principais considerações são: ao seguir as diretrizes curriculares do curso de pedagogia e outros documentos mais amplos e atuais, referentes às licenciaturas, o tema, da sexualidade infantil e da educação sexual, de maneira mais ampla, não pode ficar ausente da formação do futuro professor. Em segundo lugar, as três teses centrais da pesquisa de doutorado realizada, indicam que uma formação em sexualidade no curso de pedagogia iria garantir não só o cumprimento da política de formação, mas,

sobretudo, garantiria a qualidade que preconiza. E, uma vez articulada ao **currículo** da educação básica, eliminariam os desgastes referentes ao tema, presentes na atualidade, no interior da escola e no meio social; seriam desnecessários tantos conflitos como se vem acompanhando, desde alguns anos, os debates/defesas da ideologia de gênero e da escola sem partido.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade Infantil. Pedagogia. *Grounded Theory*.

ABSTRACT: In integrating the book “Quality and Policies in Education” this book chapter proposes to discuss child sexuality in the initial formation of teachers in pedagogy courses based on a doctoral research that used the *Grounded Theory* methodology to generate a theorizing in child sexuality. Theorization organized by the thesis presents direct notes with contributions to teacher training in pedagogy courses and to the quality of training policies, as well as curriculum policies for basic education. The main considerations are: by following the curricular guidelines of the pedagogy course and other more extensive and current documents referring to undergraduate degrees, subject, child sexuality and sex education in a broader way, can not be absent from the formation of the future teacher. Secondly, the three central theses of the doctoral research carried out indicate that a training in sexuality in the course

of pedagogy would guarantee not only the fulfillment of the training policy, but, above all, it would guarantee the quality it advocates. And, once articulated to the curriculum of basic education, they would eliminate the rubbings related to the subject, present in the present time, inside the school and in the social environment; it would be unnecessary as many conflicts as it has been following for some years the debates / defenses of the ideology of gender and the school without party.

KEYWORDS: Child Sexuality. Pedagogy. Grounded Theory.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a sexualidade infantil vêm, cada vez mais, sendo foco das pesquisas em educação, seja pela vivência dos professores(as) diante das manifestações da sexualidade das crianças e adolescentes, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, seja, através dos conflitos discursivos, social e político partidário, oriundos da ideologia de gênero e da escola sem partido. Vivenciam-se, tanto a negação, como o silenciamento por parte dos atores escolares e mesmo de alguns pais, desta sexualidade aflorada, real, impregnada de vida e de prazer, de desejo.

A negação dos corpos e a consideração de que as crianças são assexuadas não são muito diferentes dos tempos de Freud em seus “Três Ensaios sobre Sexualidade” quando chama a atenção de médicos, professores e pais, sobre a sexualidade dos pequenos (as).

A estranheza e a negação, ainda são as mesmas, em pleno século XXI, em que as pessoas não se emanciparam sexualmente, embora os movimentos sociais tenham alcançado legitimidade em sua constante luta pela diversidade sexual.

O estado brasileiro, mesmo com as pressões das religiões e outros setores mais conservadores, sobretudo, políticos, vem, aos poucos, organizando políticas neste sentido, políticas ainda que tímidas, visando a emancipação sexual dos indivíduos e da coletividade, obviamente, não sem a resistência, sobretudo, dos adeptos/defensores da ideologia de gênero e da escola sem partido.

Debater esse tema na e para a formação inicial de professores, nos cursos de pedagogia é manter coerência com as políticas desta formação e com as políticas de currículo para a educação básica, incluindo a atual Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento este que vem sendo discutido e elaborado desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 (LDB, 2017) e que, portanto, não se trata de novidade temática no campo educacional, contudo, a leitura crítica e técnica do documento são importantíssimas serem realizadas e efetivadas ao lado de todo o discurso político, também necessário, mas não único.

Vale ressaltar, ao final desta seção de Introdução que o estudo presente se baseia numa pesquisa de doutorado (Silva, 2015) que utilizou a metodologia *Grounded*

Theory (GT), uma metodologia de abordagem qualitativa criada no campo da sociologia norte-americana, por Barney Glazer e Anselm Strauss, com a publicação do livro “*The discovery of Grounded Theory*”, em 1967. Estes autores representam a 1.^a geração do método e da metodologia do GT (SILVA, 2015; 2017) e será tratada, em seção específica.

A abordagem construtivista da GT, inaugurada por Kathy Charmaz (Charmaz, 2009), representa a segunda geração de teóricos do GT. Esta abordagem é também detalhada por Silva (2017) como metodologia que permite, no campo da educação sexual, o avanço do conhecimento na área, sobretudo, com efetividades na educação básica: qualidade na formação e qualidade na formatação do currículo, a partir das políticas educacionais que formam professores e orientam suas práticas no interior da área da educação sexual e seus subtemas, dos quais, a sexualidade infantil é uma delas.

Teorizações oriundas da metodologia GT podem ser muito proveitosas para diagnosticar qualidade e políticas educacionais, pois, ao teorizar sobre temas, como a sexualidade infantil e a formação de professores em cursos de licenciatura, como um todo, propicia subsídios de discussão profícuos para avaliação da qualidade e avaliação de políticas, de modo amplo. Embora, neste texto, esta assertiva não tenha sido alcançada, pelo menos, é por este viés que se prosseguirá as pesquisas, tendo como aporte referencial Ball; Mainardes (2011) e Cohen; Franco (2007).

Na seção seguinte será abordada a sexualidade infantil na formação de professores, em que se abre a discussão da qualidade de formação e as políticas de formação em pedagogia.

2 | SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO INICIAL EM CURSOS DE PEDAGOGIA: QUALIDADE E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO COM APORTE NA METODOLOGIA *GROUNDED THEORY*

O que professores, em formação, nos cursos de pedagogia deveriam saber sobre sexualidade infantil, a partir da pesquisa de Silva (2015)? Primeiro, que a sexualidade infantil é algo inerente ao humano, e, portanto, as manifestações da sexualidade apresentadas e vivenciadas pelas crianças no espaço escolar devem ser tratadas na perspectiva do desenvolvimento, da necessária condição emancipatória e do bem-viver. Em segundo lugar, que o preparo docente em sexualidade e educação sexual configura qualidade da formação e aderência aos propósitos da formação profissional presentes na legislação educacional. E, para, além disso, configura também ganhos à educação básica, com um currículo também de qualidade e pautado em políticas educacionais adequadas ao contexto democrático e cidadão.

Antes de realizar os apontamentos sobre as implicações desta pesquisa para o

debate da qualidade e das políticas educacionais, de formação em pedagogia e de currículo da educação básica, será realizada, de maneira breve, uma apresentação da metodologia GT.

2.1 A metodologia GT

A metodologia GT é uma metodologia de abordagem qualitativa, busca a teorização de determinado tema a partir de dados da realidade, mas de forma indutiva. Possui uma estrutura própria da coleta à análise de dados, análise que se organiza sob o formato de teorização, interpretação dos dados coletados (CHARMAZ, 2009; SILVA, 2017).

Na teorização, pela GT, os dados são as amostras pelas quais o pesquisador(a) se guia, num processo de constante produção textual, original, criativa e densa. Somente na etapa da amostragem teórica, na construção do Relatório de Teorização é que o pesquisador(a), de alguma forma, “testa” a sua teorização interpretativa, momento em que recorre à literatura sobre o tema para “situar” sua teorização nova e original no bojo do que se tem da produção de conhecimento, na área em que realiza a sua pesquisa (SILVA, 2017).

As etapas da GT construtivista, segundo Charmaz (2009):

- Definição do objetivo(s) e da pergunta (ampla) da pesquisa.
- Codificação inicial (coleta de dados).
- Memorandos iniciais.
- Nova coleta de dados, mas uma coleta mais específica para saturação dos dados, denominado por Charmaz (2009) de “codificação focalizada”.
- Memorandos avançados.
- Amostragem teórica, buscando novos dados, para certificação, de fato que os dados foram saturados.
- Organização de categorias e conceitos teóricos. Ao mesmo tempo, redação de memorandos com refinamento das categorias e conceitos.
- Integração de memorandos (prévia organização da teorização).
- Redação do primeiro rascunho da teorização.
- Redação da teorização.

O objetivo de uma pesquisa sob a GT, segundo Charmaz (2009), é produzir teorização ou interpretação de uma dada realidade. Afirma, ainda, que a teorização é mais importante que uma teoria, ou seja, na interpretação da realidade investigada: “[...] a teorização é uma *prática*, a qual requer a atividade prática de dedicar-se ao mundo e de construir compreensões abstratas sobre ele e dentro dele (p.176)”.

Mas, o que é e como deve ser e, ainda, no que se constitui uma teorização na GT? Na abordagem construtivista proposta por Charmaz (2009) toda teorização construída sob o método da GT deve atingir aos seguintes objetivos:

- desenvolver as propriedades de cada categoria construída e demonstrar como elas se articulam;
- identificar os atores que participam nas fontes de dados iniciais: suas falas, seus posicionamentos em seus respectivos contextos;
- sugerir e explicitar a teoria constituída no encadeamento das propriedades categoriais e na identificação dos atores.

Kathy Charmaz denomina a coleta de dados inicial como dados relevantes, e se constituem o “coração da pesquisa”, podendo ser utilizados a observação, a entrevista ou a coleta de dados em documentos (análise textual).

A fonte dos dados em textos arquivados, acessados, constituem o que Charmaz (2009) denomina de textos existentes. Charmaz (2009) não descarta as limitações dos textos existentes como dados ao pesquisador que pretende produzir teorização a partir da GT.

A organização de conceitos para formatação da teoria é uma exigência na fase de codificação dos dados. Charmaz se baseia em Herbert Blumer - conceitos sensibilizadores - como forma de organização das codificações que se fazem ao longo da geração da teorização. Conceitos são sempre pontos de partida e não devem nunca ser limitadores da produção do pesquisador, mesmo porque, os dados são elevados à categorias e à conceitos, culminando na teorização.

Nesta etapa da codificação, o envolvimento do pesquisador é muito mais exigido, pois a criação da teorização, do novo, depende deste foco, em pormenores, que podem ser decisivos para a teorização em construção. É um momento de criação de categorias e conceitos, com idas e vindas aos dados.

A redação de memorandos é uma parte fundamental na organização proposta pelo método. Os memorandos são escritos sobre o que é encontrado nas codificações. A partir dos memorandos é que se transformam as categorias provisórias em conceitos, também, ainda provisórios, mas muito próximos da teorização e da estrutura do relatório final.

A próxima etapa, a amostragem teórica é o momento da saturação dos dados que se efetiva na busca de mais dados. Mas, agora, concentrado nas categorias mais centrais. A etapa marca também o refinamento dos dados organizados nos dados documentais relevantes que são as bases da teorização emergente. Aqui também, a literatura da área em que a pesquisa está a se efetivar, já se pode acessar, constituindo o início do diálogo entre a teorização gerada e a produção de conhecimento existente.

Concorda-se com Charmaz (2009) para quem a GT pode contribuir para o avanço do conhecimento científico, transformar a prática e a realidade social. Esta afirmativa encontra consonância com autores da área da pedagogia, sobre a possibilidade real de que a educação se configura na transformação social, pela práxis, autores como Franco (2008), Ghedin; Franco (2011) e Pimenta (2012). Autores da área da educação sexual também corroboram para esta perspectiva como Figueiró (1996 a) e Maia; Ribeiro (2011).

A redação da teorização, em formato de relatório, é a etapa final da metodologia, em que os memorandos tomam aprofundamentos que são intrínsecos a quase tudo o que se produziu ao longo da pesquisa e da metodologia, mas, também – e só agora – o pesquisador pode adicionar literaturas outras e pesquisas outras, já levantadas na etapa da Amostragem Teórica, pois, os dados e as interpretações construídas pelo método já não sofrem mais nenhuma “influência” externa, conservando a originalidade da produção, a partir dos dados (CHARMAZ, 2009; TAROZZI, 2011).

A etapa da avaliação da GT, portanto, da pesquisa, funciona como “considerações finais” e reforçam o relatório de teorização. Esta particularidade do método é fundamental para a leitura de uma pesquisa no método da GT, que gera teorização. A avaliação da pesquisa deve responder a quatro elementos fundantes e fundadores, segundo Charmaz (2009): credibilidade, originalidade, ressonância e utilidade. Em resumo, esta avaliação deve permitir a validação da pesquisa teorizada, principalmente, no que diz respeito ao avanço da produção de conhecimento da área em estudo, indicando, inclusive, limitações, lacunas e projetando campos de investigação futuros, além da aplicabilidade da teorização na realidade. Numa proposta ainda mais além, está o fato da teorização vir a se tornar teoria, propriamente dita, como afirmam, por exemplo, Aires (2011); Shaughnessy, Zechemeister, Zechemeister (2012).

Apresentada a metodologia GT, ainda que, brevemente, a próxima seção indicará os elementos da pesquisa de doutorado, realizada pelo autor, sobre a sexualidade infantil.

2.2 Elementos da pesquisa de Silva (2015) que implicam na qualidade da formação de professores em cursos de pedagogia e sua política formação, articulada à política de currículo na educação básica

O primeiro elemento: sentenças categoriais codificadas (SCC). São originadas a partir dos dados documentais da pesquisa. As SCC são frases curtas elaboradas a partir da leitura na íntegra dos textos elencados nos dados. São construídas por fragmentos dos textos; cada SCC procura sintetizar o fragmento selecionado para análise.

As SCC acontecem em dois momentos: no início da pesquisa, as SCC iniciais e após este primeiro levantamento, como o objetivo de saturar os dados, por isso, chamadas de SCC dos dados saturados.

Já apareciam nas SCC os seguintes indicadores de qualidade e de políticas de formação, seja na forma de demandas/diagnósticos, seja na forma de explicitação de políticas educacionais.

SCC 1.3. Algumas respostas dos professores quando se trata da sexualidade infantil são sem nenhuma base de conhecimento em educação sexual... Simplesmente, senso comum e com uma fundamentação biologistas, mas, na maioria das vezes, religiosa. (SILVA, 2015, p. 112).

SCC 13.1. Informar e tirar as dúvidas das crianças implica em educar para a sexualidade, desde a educação infantil. (SILVA, 2015, p. 112).

SCC 62.2.3. A sexualidade faz parte da vida, das ações e das reflexões sobre o mundo das crianças. (SILVA, 2015, p. 122).

O segundo elemento são as Unidades Categorias (UC) que se configuram como Memorandos, escritos ao longo da pesquisa. O conjunto das SCC, dos dados iniciais e saturados, originaram as UC que são sentenças também, mas com uma característica fundamental: elas agrupam SCC a fim de serem estabelecidas algumas bases para um terceiro grupo de encaminhamento para a configuração da teorização, as unidades conceituais provisórias (UCP) que funcionam como memorandos avançados.

Três UC, dentre outras, foram: 1) Práticas docentes frente às expressões da sexualidade infantil na escola de educação infantil; 2) Educação sexual para crianças é um direito; 3) Sexualidade, Didática, Professores.

Outro elemento da pesquisa são as unidades conceituais provisórias (UCP). Esta etapa, segundo Charmaz (2009, p. 190): “Em vez de deter a análise na etapa da codificação, os pesquisadores podem elevar as suas categorias principais a conceitos”.

Elevar categorias a conceitos (teóricos) implica em considerar aquelas categorias que foram construídas ao longo dos memorandos e, particularmente, os dados dos fenômenos sociais extraídos dos documentos. Trata-se de aprofundamentos teorizados.

Alguns conceitos que foram organizados na forma de UCP: desenvolvimento biopsicossexosocial; docência-incompletude em sexualidade humana e, sexualidade infantil nas temáticas sócio-políticas. Estes conceitos permitiram a construção dos memorandos da pesquisa e que encaminham os Relatórios de GT em sexualidade infantil.

São organizados três memorandos: no memorando 1 se apresenta a base psicanalítica em sexualidade infantil; no memorando 2, trata-se da sexualidade infantil e cotidiano escolar; e, no memorando 3, se discorre sobre a sexualidade e as temáticas sociais e políticas de proteção à criança: a sexualidade infantil e o espaço escolar.

Os memorandos assumiram a característica de uma produção textual em primeira pessoa, pois são, de fato, conforme propõe a GT, um momento de liberdade do pesquisador em produzir abstrações que são embriões da teorização, visando uma originalidade que deve configurar o relatório, a teorização.

O memorando 2, traz a seguinte título: “Sexualidade infantil e cotidiano escolar”.

Neste Memorando encontram-se a maioria dos dados em sexualidade infantil. Demonstra, fundamentalmente, que a educação escolar não consegue abarcar, na formação e na prática escolar/social o tema da sexualidade humana. Isto evidencia a hipótese (ou afirmação?) de Freud, a de que, a educação é sempre inacabada e sempre aquém do pretendido “controle” sobre a sexualidade infantil. A incompletude ou insuficiência da educação em sexualidade infantil é uma referência freudiana de peso [...]. (SILVA, 2015, p. 133).

No Relatório final, chega-se à teorização em sexualidade infantil, na forma de três teses gerais que se complementam:

A sexualidade infantil é uma perspectiva de estudo com foco na teoria psicanalítica sobre a sexualidade em Freud, mas que traz em seu bojo outras teorias da psicanálise e autores pós-freudianos até a contemporaneidade (SILVA, 2015, p. 146).

A sexualidade infantil na educação escolar deve superar o silenciamento e a resistência dos atores adultos; deve superar ações locais de pesquisa e extensão e avançar para efetividades no PPP, como política esclarecida aos pais e responsáveis e a toda comunidade escolar (SILVA, 2015, p. 194).

Sexualidade infantil e temática político-sociais. Políticas e gestão da sexualidade visando à proteção da criança pequena (SILVA, 2015, p. 217).

Chegou-se à produção de uma teorização em sexualidade infantil que permitiu o avanço da produção de conhecimento na área da educação sexual, no que se refere à constatação de que, tudo que diz respeito à sexualidade infantil, tem seu referencial em Freud e na psicanálise até à contemporaneidade. Configuração interessante que perpassa os outros dois pontos centrais da pesquisa: 1) a incompletude da docência em cursos de pedagogia, no trato das questões relativas à sexualidade infantil, no campo da educação sexual; 2) a análise de políticas de proteção à criança quanto a violência e abuso sexual, permitindo, para além da análise, a possibilidade de elaboração, aplicação e avaliação de políticas em sexualidade, sobretudo, que enfrentem a ideologia de gênero e o silenciamento da diversidade sexual na sociedade brasileira e no espaço escolar.

O estudo revelou, portanto, que, em se tratando de formação inicial, a sexualidade infantil é um tema difícil para os professores e que as políticas de sexualidade nem se aproximam da perspectiva de formação em cursos de pedagogia. Isto é totalmente desconexo, como se verá a seguir, com o que se defende nos documentos oficiais que tratam da formação de professores, bem como, com o currículo que se pretende para a educação básica, particularmente, a educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

2.3 Por que a formação em sexualidade estaria atrelada às considerações sobre qualidade e políticas educacionais formativas?

As diretrizes para os cursos de pedagogia no Brasil (Brasil, 2006) apontam que algumas temáticas são imprescindíveis para a formação. Afirmam, segundo Silva (2014), que

Estes são assuntos, aos quais, a formação em pedagogia não pode fugir em seu Núcleo de Formação Básica: conhecer e posicionar-se criticamente frente à organização da política estrutural educacional, que se efetiva e se materializa na escola, na unidade escolar, em que o Projeto Político Pedagógico é a explicitação

da Lei maior, tanto a instituinte (Constituição Federal de 1988) quanto a regulatória (LDBEN). (SILVA, 2014, p. 229-230).

As Diretrizes para os cursos de pedagogia, de 2006, portanto, já previam a articulação da formação de pedagogos(as) com o currículo da educação básica, como se confirmará, nas Diretrizes para Licenciaturas, em geral, (Brasil, 2015 a) e no Parecer sobre estas Diretrizes (Brasil, 2015 b). Segundo o Parecer, são princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I – a formação docente para todas as etapas da educação básica como **como compromisso público de Estado**, buscando assegurar o **direito das crianças** [...] à educação **de qualidade**, construídas em bases científicas e técnicas sólidas **em consonância** com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II – a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que **promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais** atentas ao **reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação**;

[...]

IV – a garantia de **padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presenciais e à distância**;

V – a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, **fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**;

VI – o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços **necessários à formação inicial dos profissionais do magistério**;

[...]

XI – a compreensão dos profissionais do magistério como **agentes formativos de cultura** e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualizações culturais. (BRASIL, 2015b, p.23, grifos meus).

A primeira resposta, então, ao título desta seção, é que a formação em pedagogia exige uma completude, uma totalidade, uma diversidade e uma “pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas” (Brasil, 2015, p. 1) referentes às abordagens educacionais, às abordagens teóricas por áreas, como a psicologia, a filosofia, a sociologia, etc. e, sobretudo, aos contextos conflitantes presentes na sociedade, das quais, a sexualidade e a educação sexual, é uma delas.

Não somente isto, a Resolução n.º 2, de 1.º de julho de 2015 (Brasil, 2015) por si só, justifica a incoerência e inconstitucionalidade das defesas da escola sem partido, bem como, da ideologia de gênero. A defesa pela emancipação dos sujeitos e a valorização da democracia, deixa claro que a função da escola e o papel dos professores são o de oferecer subsídios à reflexão e à liberdade de pensamento (BRASIL, 2015).

Assertivas, como essas, também estão presentes nas Diretrizes para os cursos

de pedagogia (Brasil, 2006), como também aponta Silva (2014). Estas questões levam em consideração, que temáticas como, o respeito à liberdade e apreço pela tolerância, o padrão de qualidade garantido, o respeito e valorização das diversidades (em seu sentido amplo), são requisitos que devem estar articulados à prática pedagógica formativa e ao currículo da educação básica, ambas, em vigência, pela legislação educacional, contempladas inclusive no atual Plano Nacional de Educação, que vigora até 2024.

Outro destaque é a afirmativa de que são os “[...] os sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica (Brasil, 2015, p.2)”. Neste sentido, a formação em sexualidade é uma premissa a ser observada nos currículos de formação de professores, especialmente, na pedagogia, ao visar que as crianças são seres sexuados, de que a manifestação da sexualidade é algo que aflora, naturalmente, no dia a dia da escola, na educação infantil e nos anos iniciais, no dia a dia da vida, do humano. Além dessa afirmativa, extremamente positiva, em relação aos estudos da área da educação sexual, a Resolução traz ao debate, os direitos humanos, conceituado como:

[...] um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2015, p. 2).

Este debate, o de Direitos Humanos, deixa claro, a partir de seu conceito, que a qualidade de formação docente está diretamente ligada à qualidade de ensino-aprendizagem na educação básica. E, da mesma forma, as políticas de formação devem estar em consonância com as políticas de currículo, no caso, as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013; 2015b).

Destacam-se os seguintes princípios de formação inicial e também continuada (Brasil, 2015) que expressam ampla justificativa quanto ao fato de que a formação em sexualidade está atrelada diretamente à qualidade e às políticas educacionais que organizam ou são direcionadas pelas diretrizes dos cursos de licenciatura no Brasil. Os princípios são:

- A formação de professores é compromisso com um projeto de “[...] nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que **promova a emancipação dos indivíduos e grupo sociais**, atenta ao reconhecimento e à **valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação** (BRASIL, 2015, § 5º, II, grifos meus)”.
- O segundo princípio: padrão de qualidade, a ser garantido na formação de professores.
- Ensino, pesquisa e extensão como fator único de formação.

- O reconhecimento dos espaços da educação básica como espaços supra necessários à formação de professores, num efetivo movimento na *práxis*.
- Valorização da equidade em defesa da diversidade de gênero, racial, sexual, religiosa, etc. Demonstrar “consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza [...] de gêneros, [...] de diversidade sexual (Artigo 7º)”.

Todas estas inferências políticas estão no âmbito e na “implicitação” do paradigma da “qualidade”: qualidade de formação, qualidade de um projeto de educação nacional, qualidade como recurso e instrumento para a igualdade e a cidadania plena e, por extensão, pode-se dizer, o padrão de qualidade em educação, reduz e elimina as desigualdades sociais (LIBÂNEO; OLIVERIA; TOSCHI, 2012).

Na reflexão e no debate sobre a qualidade da educação e do ensino, os educadores têm caracterizado o termo “qualidade” com os adjetivos social e cidadã – isto é, qualidade social, qualidade cidadã - , para diferenciar o sentido que as políticas oficiais dão ao termo. Qualidade social da educação significa não apenas diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais, mas refere-se à condição de exercício da cidadania que a escola deve promover. [...] a qualidade social da educação precisa considerar tanto os fatores externos (sociais, econômicos culturais, institucionais, legais) quanto os fatores intraescolares, que afetam o processo de ensino-aprendizagem, articulados em função da universalização de uma educação básica de qualidade para todos. (LIBÂNEO; OLIVERIA; TOSCHI, 2012, p. 166).

Para Demo (1996), qualidade possui dois elementos que se complementam: qualidade formal e qualidade política. Qualidade formal é definida pelo autor como “[...] habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento (DEMO, 2007, p. 14)”.

Qualidade política é a “[...] competência do sujeito em termos de se fazer e de fazer história, diante dos fins históricos da sociedade humana (DEMO, 2007, p. 14)”.

Neste sentido, é que Carneiro (2015), ao comentar sobre o padrão de qualidade, no interior da LDBEN, aponta que qualidade vai muito além da tríade eficiência/eficácia/efetividade, e, portanto, do ponto de vista, apenas administrativo público e de financiamento. Engloba,

Professores bem-qualificados e bem-pagos, escolas adequadamente equipadas e salas de aula bem-organizadas são condições importantes para a garantia de um padrão de qualidade institucional. Porém, é no currículo, na eleição das disciplinas, na integração de conteúdos, na formulação dos objetivos de cada programa e na forma de construção da aprendizagem no cotidiano da sala de aula que se reflete, de fato, o chamado padrão de qualidade, cuja síntese está no projeto pedagógico e no currículo em ação. (CARNEIRO, 2015, p. 75).

Carneiro (2015) ampliando a reflexão sobre o padrão de qualidade exigido pela LDBEN, afirma que a centralidade do aluno é condição central para se efetivar a “qualidade” na educação básica. Segundo o autor é imprescindível

[...] a precedência do respeito à situação concreta do aluno. Esta precondição resultará no aumento da autoconfiança e, em consequência, na garantia do interesse ascendente na aquisição e reconstrução do conhecimento. Os insumos necessários à aprendizagem, conteúdos contextualizados e trabalhos sob a orientação de professores qualificados e, ainda, uma modulação didática com sensibilidade à diversidade dos sujeitos aprendentes, tudo isto articulado e integrado, constitui o chão da garantia do padrão de qualidade e do desempenho qualitativo do aluno. (CARNEIRO, 2015, p. 76).

Desta forma, os apontamentos de Silva (2015) sobre a sexualidade infantil estão inseridos nestas duas respostas aqui apresentadas: 1) a resposta da organicidade da formação de pedagogos(as) e 2) a resposta da LDBEN sobre o padrão de qualidade nos processos de ensino-aprendizagem na educação básica. São respostas que se articulam na perspectiva da qualidade da formação em pedagogia e que se amplia para a qualidade do currículo da educação básica, ambas permeadas pela política educacional brasileira, tendo como marcador a LDBEN de 1996 (LDB, 2017).

Na seção seguinte, na forma de conclusão deste capítulo livro, serão levadas em consideração estas respostas - que não se findam, amplamente aqui, mas são provocativas para novas discussões e pesquisas.

Se aposta, que as discussões aqui presentes possam ser enriquecedoras na temática da qualidade e das políticas educacionais, uma vez que amplia possibilidades de planejamento e de caminhos de intervenção de pesquisas, pesquisas que precisam ser efetivadas, sobretudo, tendo como aporte metodológico a GT, gerando teorizações que possibilitem aprofundamentos, nesta articulação possível: o da dimensão formativa em cursos de pedagogia para a dimensão estritamente escolar, de sala de aula, ou seja, o currículo da educação básica, no tema da sexualidade infantil e, de modo, mais amplo, no tema da educação sexual.

3 | DA QUALIDADE EM POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS PARA A QUALIDADE E AS POLÍTICAS PARA O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: TENTATIVA DE CONCLUSÃO PARA A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE INFANTIL EM OPORTUNIDADES GERADAS PELA GT

Os elementos formativos, indicados para a qualidade da formação de professores na temática da sexualidade infantil, defendidas na pesquisa de doutoramento de Silva (2015) estão diretamente ligadas à política pública educacional de formação de pedagogos(as) e articuladas, diretamente, ao currículo da educação básica.

A teorização, a partir da metodologia GT, além de indicar o referencial psicanalítico, referente ao tema, permite serem questionadas, dentre outras questões, o distanciamento entre o preconizado pelas políticas e a realidade vivenciada nas escolas, somado aos atuais movimentos retrógrados na sociedade brasileira como a ideologia de gênero e a escola sem partido.

Através do conceito docência-incompletude (Silva, 2015), abre-se a discussão para a necessidade de que nos cursos de formação inicial seja inserido no tripé pesquisa, ensino e extensão, oportunidades de acesso aos conhecimentos em sexualidade infantil e, em educação sexual. Podem ser organizadas disciplina optativa, a participação em grupos de pesquisa ou em projetos de extensão, práticas pedagógicas nas disciplinas de didáticas específicas, estágio curricular, ou, ainda na colaboração de projetos de intervenção na escola da educação básica, dentre outras possibilidades possíveis.

A pesquisa de Silva (2015) inaugura, deste modo, o que se pode dizer, de um primeiro levantamento sobre o tema da sexualidade infantil, mas que não se limita ao estado da arte, ou seja, gera teorização sobre materiais documentais, localizando, assim, a temática no campo da educação sexual.

Tem-se, a partir da pesquisa, uma teorização clara, concisa e, ao mesmo tempo, ampla, de que o tema da sexualidade infantil possui uma singularidade e complexidade no interior da área da educação sexual e da grande área da educação. Logo a contribuição não é apenas à formação de professores em cursos de pedagogia, inclui contribuições ao campo da educação sexual e a perspectiva da sala de aula, o currículo da educação básica, visando a qualidade do ensino-aprendizagem e a efetividade das políticas curriculares em vigor, com especial atenção para os desafios atuais da prática pedagógica com a BNCC.

A discussão desenvolvida neste capítulo de livro, em que se atrela o tema da sexualidade infantil com a qualidade e as políticas públicas formativo-profissionais e de currículo, com base na metodologia GT, pode ser norteadora para elaboração de programas de formação inicial e continuada de professores focando a educação infantil e os anos iniciais, tomando por base, a sexualidade humana, sobretudo, as manifestações da sexualidade infantil no espaço escolar, diminuindo conflitos, temores e incertezas, tanto por parte das próprias crianças, como, fundamentalmente, dos docentes, da coordenação pedagógica e da gestão escolar, bem como pais e responsáveis pelas crianças.

Tratar as manifestações da sexualidade com cientificidade e, sobretudo, com segurança e naturalidade, sem silenciamento, sem denotação ao pecado, ao feio e ao “mau-costume” (sinônimo de “falta de educação”), atribuindo à família a obrigação de ensinar os “bons modos”, tal como defende a “ideologia de gênero” e tal como vem se posicionando insistentemente, em todo território nacional, leis municipais da escola sem partido, sugere a luta pela continuação da proposta educativa da emancipação dos sujeitos e dos direitos a conhecer e dos direitos ao desejo.

A contribuição que finaliza os apontamentos das considerações finais deste texto é a afirmativa de que o trabalho de pesquisa sobre a teorização em sexualidade infantil indica a condição *sine qua non* da educação sexual como conhecimento científico, como componente de uma alfabetização científica necessária às novas gerações. Esta condição elimina qualquer argumento da ideologia de gênero, “falácia” que impede

que as discussões sobre diversidade sexual cheguem e estejam na escola, em seu Projeto Político Pedagógico.

Como aponta Silva (2017) é a sala de aula o foco da teorização em educação sexual, com a GT. Há e deve-se, sempre, haver uma atenção à prática pedagógica e à formação de professores, sobretudo, na sensibilização destes em tratar com tranquilidade e com conhecimentos científicos, na educação infantil e anos iniciais, as manifestações da sexualidade das crianças pequenas como preconiza as diretrizes dos cursos de pedagogia.

A qualidade na educação, requerida pela Lei, desde a Constituição Federal de 1988 e também a LDBEN, de 1996, bem como, nas diretrizes do curso de pedagogia (Brasil, 2006) e licenciaturas (Brasil, 2015), permite o trânsito tranquilo e promissor entre o formativo e o pedagógico, o que dá plena coerência à proposta deste livro sobre a qualidade e as políticas em educação. No momento, este “trânsito” continua muito conturbado, como afirma Dourado (2015, p. 304): “a formação de profissionais do magistério da educação básica tem se constituído em campo de disputas de concepções, dinâmicas, políticas, currículos”. Diante disso, pesquisas e investimentos em políticas mais específicas, precisam ser empreendidas e, ao mesmo tempo, tornadas efetivas, por meio de posicionamentos políticos locais de enfrentamento que tenham origem no “chão” da escola, com professores e gestores comprometidos com o padrão de qualidade na educação.

Espero que o presente texto tenha trazido um alerta para essa questão tão urgente da sexualidade e da diversidade sexual, proporcionando a continuidade da resistência e do enfrentamento pela emancipação dos sujeitos, por meio da educação. Uma resistência, necessária, enquanto docentes e pesquisadores da área da educação sexual e da educação; enfrentamento político e intelectual a todo o investimento retrógrado e insistente da ideologia de gênero e da escola sem partido, seus agentes e defensores.

REFERÊNCIAS

- AIRES, L. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Universidade Aberta, 2011.
- BALL, S.J. ; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015 a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 2/2015**.

Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica. Brasília, 2015b.

CARNEIRO, M.A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 23ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo Vozes, 2015.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada**. Guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Gestão social**: como obter eficiência e impacto nas políticas sociais. Brasília: ENAP, 2007.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

DOURADO, L.F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 36, n.º 131, p. 299-324, abr./jun., 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000200299&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em 20 jul. 2018.

FIGUEIRÓ, M.N.D. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.º 98, p. 50-63, ago., 1996 a. Disponível em: < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/795> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

GHEDIN, E. FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

MAIA, A. C. B. RIBEIRO, P.R. M. Educação Sexual: princípios para a ação. **Doxa**, v. 15, n.º 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124985> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar**: política, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**. Unidade teoria e prática? 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 38, n.º 138, p. 9-26, jan./mar., 2017. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87350459002> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

SHAUGHNESSY, J.J.; ZECHEMEISTER, E.B.; ZECHEMEISTER, J.S. **Metodologia de pesquisa em psicologia**. 9.ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SILVA, C.R. **Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da Grounded Theory**. 2015. Tese. (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara, Araraquara, 2015.

_____. **Grounded Theory**: a abordagem construtivista nas pesquisas em educação sexual no Brasil. 1ª ed. Araraquara, SP: Amazon, 2017. Disponível em: < <https://www.amazon.com/GROUNDED-THEORY-abordagem-construtivista-Portuguese-ebook/dp/B0752CWHTK> >. Acesso em:

20 jul., 2018.

_____ Direito, Pedagogia: um ensaio sobre legislação educacional e formação de professores. In: MIRANDA, A.A.T. ; SEGALLA, J.I.S.F. (orgs.). **Direito contemporâneo e outras discussões**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2014, p.213-240.

TAROZZI, M. **O que é a Grounded Theory?** Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-004-9

